

PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

REVISTA DE
GEOGRAFIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia>

O CAMPO COMO UM LUGAR NA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA DOS ANOS INICIAIS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DE LIVROS DIDÁTICOS

Marieli Maria Pauli¹ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6597-651X>

Bruno dos Santos Simões² - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6956-3974>

¹ Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, Brasil*

² Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, Brasil**

Artigo recebido em 26/01/2023 e aceito em 30/07/2023

Publicado: Out/2023

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar de que modo o campo, os seus sujeitos e questões socioespaciais a ele inerentes são abordados no ensino da Geografia para os anos iniciais do Ensino Fundamental por meio de livros didáticos distribuídos pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Para tanto, analisamos textos e imagens do livro do 4º ano do Ensino Fundamental que compõem uma das duas coleções do PNLD 2019-2022 utilizadas pelas escolas da rede municipal do município em que a pesquisa foi desenvolvida. A partir dessa análise, foi possível verificar que neste material o modo como o campo é apresentado limita-o a ideia de um espaço de negócios e/ou subordinado às necessidades e interesses das dinâmicas urbanas com ênfase aos aspectos econômicos de produção. Por outro lado, os aspectos sociais, culturais e ambientais são mencionados de forma superficial o que pode comprometer a leitura e compreensão do que é o campo pelos estudantes, sobretudo os que não o conhecem. Dessa forma, destacamos a importância da mediação docente na problematização das discussões apresentados pelos materiais didáticos com vistas à ampliação dos pensamentos dos estudantes sobre os diversos temas estudados. De modo específico sobre o campo, as discussões podem contribuir para pensá-lo em sua totalidade, como um lugar de vida e de diversidade de sujeitos e relações.

Palavras-chave: Campo; Livro didático; Educação geográfica.

* Doutoranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: marielipauli_unioeste@hotmail.com.

** Doutor em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: brunosimoes@ufgd.edu.br.

THE FIELD AS A PLACE IN GEOGRAPHICAL EDUCATION OF THE EARLY YEARS: AN APPROACH FROM TEXTBOOKS

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze how the field, in its subjects and socio-spatial issues inherent to it are addressed in the teaching of Geography for the early years of Elementary School through textbooks distributed by the National Program of Book and Didactic Material (PNLD). To do so, we analyzed texts and images from the book of the 4th year of elementary school that make up one of the two collections of the PNLD 2019-2022 used by the schools of the municipal network of the municipality in which the research was developed. From this analysis it was possible to verify that, in this material, the way the field is presented limits it to the idea of a business space and/ or subordinated to the needs and interests of urban dynamics, with emphasis on the economic aspects of production. On the other hand, social, cultural and environmental aspects are mentioned superficially, which can compromise the reading and understanding of what the field is for students, especially those who do not know it. In this way, we highlight the importance of teacher mediation in the problematization of the discussions presented by the didactic materials with a view to expanding students' thinking about the various themes studied. Specifically on the field, discussions can contribute to think of it as a place of life and diversity of subjects and relationships.

Keywords: Field; Textbook; Geographic education.

EL CAMPO COMO LUGAR EN LA EDUCACIÓN GEOGRÁFICA DE LOS PRIMEROS AÑOS: UN ENFOQUE A PARTIR DE LOS LIBROS DE TEXTO

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar cómo el campo, en sus temas y cuestiones socioespaciales inherentes a él son abordados en la enseñanza de Geografía para los años iniciales de la Enseñanza Fundamental por medio de libros didácticos distribuidos por el Programa Nacional de Libro y Material Didáctico (PNLD). Para ello, fueron analizados textos e imágenes del libro del 4º año de la enseñanza fundamental que componen uno de los dos acervos del PNLD 2019-2022 utilizados por las escuelas de la red municipal del municipio en que la investigación fue desarrollada. A partir de ese análisis fue posible verificar que, en ese material, la forma como el campo es presentado lo limita a la idea de un espacio de negocios y/o subordinado a las necesidades e intereses de la dinámica urbana, con énfasis en los aspectos económicos de la producción. Por otro lado, los aspectos sociales, culturales y ambientales se mencionan superficialmente, lo que puede comprometer la lectura y la comprensión de lo que es el campo para los estudiantes, especialmente aquellos que no lo conocen. De esa forma, destacamos la importancia de la mediación docente en la problematización de las discusiones presentadas por los materiales didácticos con vistas a la ampliación del pensamiento de los alumnos sobre los diversos temas estudiados. Específicamente en el campo, las discusiones pueden contribuir a pensar en él como un lugar de vida y diversidad de sujetos y relaciones.

Palabras-clave: Campo; Libro didáctico; Educación geográfica.

INTRODUÇÃO

A escola é uma instituição que tem um papel muito importante na formação de cidadãos críticos e conscientes quanto à necessidade de atuar positivamente na sociedade em que estão inseridos e no lugar em que vivem. Enquanto sujeitos sociais é fundamental compreendermos o mundo em que vivemos para nele se posicionar e agir. Nesse sentido, os conhecimentos da Geografia são fundamentais para o desenvolvimento desse entendimento de mundo que é tão complexo, múltiplo e heterogêneo.

Para tanto, a educação geográfica precisa ser desenvolvida de modo que os conhecimentos proporcionados contribuam para a formação de sujeitos capazes de pensar e compreender o mundo em que vivem a partir da própria realidade. Enquanto componente curricular, a Geografia tem como objeto de estudo o espaço e todas as relações que ocorrem nele, que o formam e transformam nos diferentes tempos e sociedades. Por meio do seu estudo, é possível conhecer e compreender o mundo em que vivemos, analisar os fenômenos (geográficos) próximos e distantes, que podem estar presentes em nossa vida, direta ou indiretamente (CALLAI; CAVALCANTI; CASTELLAR, 2012).

Cabe ressaltar que, mais do que um ponto estático na superfície e passível de localização em um mapa, o lugar em que vivemos é constituído por múltiplas trajetórias, encontros e não encontros coetâneos (MASSEY, 2008; 2017), que movimentam, compõem e recompõem os lugares. E, nesse aspecto, considerando-o em sua totalidade, esse espaço em que vivemos é movimentado e atravessado pelas dinâmicas que ocorrem desde o campo à cidade, ambos constituídos por diferentes territórios ocupados por grupos sociais e culturais diversos, com suas particularidades, visões de mundo, práticas, realidades e organizações que promovem relações sociais e que atuam em torno da constituição ou defesa de seus territórios, como uma forma de existir e resistir no mundo.

Nessa direção, destaca-se o conceito de lugar como possibilidade de compreender o mundo e que é central na educação geográfica, sobretudo nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em que, o entendimento do próprio lugar de vivência pode levar a uma compreensão mais ampla do espaço, seus fenômenos e as relações que o envolvem, desde as escalas mais próximas às mais distantes.

Assim, considerando a importância da Geografia e do seu ensino para os estudantes compreenderem as diversas dinâmicas socioespaciais que constituem o lugar em que vivem, o objetivo desse artigo é analisar de que modo o campo, os seus sujeitos e questões socioespaciais a ele inerentes são abordados no ensino da Geografia para os anos iniciais do Ensino Fundamental, por meio dos livros didáticos que são importantes materiais de apoio às práticas pedagógicas de todos os componentes curriculares da Educação Básica e distribuídos nacionalmente por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).

A discussão sobre o campo proposta neste texto tem por objetivo a compreensão do campo e de seus sujeitos, especificamente os camponeses, que vivem e resistem ali, e para quem o campo não é apenas um negócio, mas sim, o seu lugar de vida. Tendo isso em vista, pensaremos o campo e a educação (geográfica) que desejamos, a partir do campo defendido pelo movimento da Educação do Campo, que tem como fundamento central, a luta pela garantia do direito de todos os sujeitos que trabalham e vivem no e do campo à uma educação a partir do próprio campo, que é o seu lugar de vida.

Para Arroyo, Caldart e Molina (2011), a Educação do Campo deve incluir os conhecimentos produzidos e acumulados ao longo da história. Mas, para além disso, que os sujeitos do campo, suas histórias, saberes, culturas e vivências protagonizem esse processo educativo, para que este, “contribua na construção e afirmação dos valores e da cultura, das autoimagens e identidades da diversidade que compõe hoje o povo brasileiro do campo” (p. 14). E nesse processo, o campo, por sua vez, é o da diversidade, particularidades e possibilidades. É pensado como lugar de vida, de trabalho, experiências. É desse lugar, desse chão em que pisam os sujeitos do campo, que a sua educação sobre o mundo precisa ser pensada.

Dessa forma, acreditamos que, de modo geral, uma educação em diálogo com esse movimento pode contribuir para pensarmos o campo em sua totalidade, e a partir da realidade vivenciada pelos sujeitos do campo que têm ali o seu lugar de vivência e que está em permanente conflito e enfrentamento ao avanço do capitalismo (agronegócio) neste espaço. Este último, por sua vez, ao se territorializar no lugar de vida desses sujeitos, produz diversas contradições problemáticas e prejudiciais a esses sujeitos e à sociedade como um todo (FERNANDES, 2011).

Além disso, pensar a partir dessa perspectiva torna-se fundamental ao considerarmos que, nem todos os sujeitos do campo têm acesso à educação com currículo e práticas pedagógicas pensadas especificamente para a sua realidade, e que a compreensão da realidade e das relações que ocorrem no campo são muito caras à toda a sociedade.

É importante compreender a realidade vivenciada cotidianamente pelos estudantes do campo, que têm neste território, o seu lugar de vida, para verificar limites e possibilidades na construção de um processo educativo que não os exclua, mas, pelo contrário, que compreenda e valorize a sua realidade, seu modo de vida e sua identidade camponesa. Para além disso, uma educação que contribua para uma consciência crítica da realidade em que vivem, com a possibilidade de transformá-la em defesa do seu território em favor da sua plena permanência no campo, se assim desejar.

Diante do exposto, a construção deste texto foi atravessada pelos seguintes questionamentos: Que imagem de campo permeia o imaginário da sociedade? Que campo está presente na educação? E

na educação geográfica? De que forma o campo pode ser pensado por estudantes e docentes a partir dos livros didáticos de Geografia amplamente utilizados nas práticas educativas, na cidade e no campo?

Tendo em vista esses questionamentos e considerando a importância de se compreender criticamente as relações que permeiam o lugar em que vivem os estudantes, seja na cidade ou no campo, desde os seus primeiros contatos com os estudos geográficos, realizamos a análise de textos e fotografias de um livro didático de Geografia para os anos iniciais do Ensino Fundamental, para verificar de que modo o campo é apresentado por este material tão importante no processo educativo dos estudantes na Educação Básica.

Para tanto, analisamos textos e imagens do livro do 4º ano do Ensino Fundamental que compõem uma das duas coleções do PNLD 2019-2022 utilizadas pelas escolas da rede municipal do município em que a pesquisa foi desenvolvida. Este livro foi o único volume escolhido para análise porque apresenta discussões mais consistentes envolvendo o campo.

Cabe ressaltar que as imagens, como as fotografias por exemplo, são muito importantes na constituição e manutenção de ideias, conhecimentos e imaginações geográficas (MASSEY, 2017) sobre o mundo em que vivemos. Dessa forma, é fundamental analisar de que modo os lugares e os sujeitos são apresentados por meio das fotografias nos livros didáticos, visto que essas podem ser assimiladas e mantidas pelos estudantes como se fossem a exata representação do lugar apresentado por elas. E, portanto, dada a sua importância, destacamos que é necessário olhar de modo mais atento e, para além disso, problematizar as fotografias vislumbrando a possibilidade de desconstruir e reconstruir ideias e pensamentos sobre os diversos lugares e seus sujeitos, neste caso, o campo.

O CAMPO COMO LUGAR E TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA E NO SEU ENSINO

Os conhecimentos da Geografia são fundamentais para compreendermos este mundo tão complexo em que vivemos. Por sua vez, a educação geográfica precisa ser desenvolvida de modo que os conhecimentos proporcionados contribuam para a formação de sujeitos capazes de pensar e compreender a espacialidade em que vivem.

A Geografia e o seu ensino podem viabilizar olhares críticos sobre o mundo, e, por efeito, possibilitar aos estudantes se conscientizarem e compreenderem as realidades do lugar em que vivem, e, para além disso, se perceberem como sujeitos que atuam na construção e transformação desse mundo que é abordado nas aulas de Geografia, e assim, não permanecerem como meros expectadores da vida e do mundo.

Nessa direção, em relação aos estudantes do campo, é importante compreendermos que o lugar em que vivem não é apenas o seu lugar de moradia, mas é também o seu lugar de trabalho, estudo,

lazer, sobrevivência e território de resistência. Esse lugar de vida e a sua realidade local são atravessados também pelas dinâmicas globais do agronegócio, que, por sua vez, se territorializa no campo como um modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista (FERNANDES, 2011).

Conforme evidencia Fernandes (2012, p. 748), o campo é disputado e produzido por classes e relações sociais que se organizam de modos diferentes, produzindo modelos de desenvolvimento territorial distintos e antagônicos: de um lado, o território do agronegócio com agricultura capitalista e, do outro, o território do campesinato com agricultura camponesa, sendo que “para o agronegócio a terra é somente um lugar de produção de mercadorias, do negócio. [...] para o campesinato a terra é lugar de produção, de moradia e de construção de sua cultura”.

Assim, o campo é lugar de vida, mas também de negócio, e, portanto, é produzido por movimentos e relações antagônicas. De um lado, os camponeses lutam e resistem pela permanência na terra para sobreviver e manter seu modo de vida e, do outro, o agronegócio, com sua lógica predatória e exploradora luta pelo aumento da concentração de terras e da produção, tendo em vista, prioritariamente, o acúmulo de capital (CAMACHO, 2019).

Dentre várias consequências dessa territorialização capitalista no campo podem ser destacados, por exemplo, os conflitos por terra, a exploração do trabalhador do campo e o êxodo rural, fenômenos inerentes ao cotidiano dos estudantes moradores do campo e que, portanto, revelam-se como abordagens fundamentais nas práticas pedagógicas de modo a possibilitar a todos os estudantes compreenderem a realidade do campo e, aos moradores do campo, se compreenderem como sujeitos que constroem e podem transformar o seu lugar.

Dessa maneira, em diálogo com a Educação do Campo, o campo pode ser lido, também, a partir da coexistência de diversos territórios/territorialidades produzidos por camponeses, indígenas e quilombolas, por exemplo, que resistem à lógica capitalista de desenvolvimento territorial das mais diversas formas. Portanto, um aspecto imprescindível para pensar o campo, é compreender que este lugar de vida é, também, marcado por disputas e conflitos territoriais entre lógicas antagônicas de produção territorial. Esse aspecto é inerente à realidade do campo brasileiro hoje.

Diante disso, ler o campo pelas lentes da Educação do Campo possibilita visualizar elementos fundamentais para pensar esse espaço e que podem ser abordados ao discutir sobre o campo na educação de um modo geral, visto que diz respeito à realidade inerente ao campo em que vivem estudantes camponeses, dos quais muitos frequentam a educação regular e escolas urbanas. Além disso, conhecer o campo, os seus sujeitos e as dinâmicas que o constitui precisa ser um interesse e necessidade de todos os estudantes, do campo à cidade, já que estas relações que ocorrem neste espaço afetam toda a sociedade.

Nesse sentido, para uma educação geral sobre o campo, podemos pensar em consonância com Camacho (2019) quando, referindo-se à Educação do Campo, afirma ser impossível pensá-la sem o campo e, por efeito, o campo também não pode ser pensado sem “as contradições, os conflitos, as disputas territoriais, a violência, a expropriação, a resistência e sem os movimentos socioterritoriais camponeses” (p. 181). Essas manifestações são inerentes ao campo, à sua produção e aos sujeitos que ali vivem. Por isso, acreditamos que, de um modo geral na educação, ao ensinar sobre o campo, não podemos pensá-lo sem discutir esses aspectos.

Saber quem são os sujeitos que produzem o campo é outro aspecto importante pra compreender esse espaço. Os camponeses fazem parte da diversidade de sujeitos que tem ali o seu lugar de vida. Nessa direção, Souza (2020, p. 21) afirma que a relação entre o território e a identidade territorial camponesa é essencial e se constitui a partir do modo de vida camponês, o que envolve os modos como ele se relaciona com o seu território. Tais relações caracterizam-se não apenas por elementos econômicos de produção agrícola para geração de capital, como é o caso do agricultor capitalista, uma vez que, são fortemente influenciadas pela cultura dos camponeses, cujo território é “espaço de vida marcado por hábitos, costumes e valores diferenciados daqueles dos valores atribuídos ao território dos produtores capitalistas”.

De acordo com Fernandes (2012), no território camponês predomina a atividade agropecuária que é desenvolvida por meio das relações de trabalho familiar, associativo, comunitário e cooperativo. Para o camponês o território é o seu espaço de vida, produção, vivência, existência, sobrevivência. Dessa forma, “a reprodução da família e da comunidade é fundamental. A prática dessa relação social assegura a existência do território camponês, que, por sua vez, promove a reprodução dessa relação social” (FERNANDES, 2012, p. 746).

A agricultura camponesa tem sua base no tripé família, terra e trabalho, em que o trabalho familiar tem na ajuda mútua uma importante característica. Além disso, sua realidade compreende elementos como a luta de classes, conflitos e disputas e a superação do capitalismo (CAMACHO, 2019).

Dessa forma, resistência ao capital e suas territorializações (monopolização) no campo são ações permanentes e inerentes ao campo, ao modo de vida camponês, sua identidade e ao campesinato. E a Educação do Campo, por sua vez, é produto das disputas e conflitos no campo, e, portanto, sua oposição ao agronegócio “reflete a luta de classes no campo, bem como a disputa territorial da classe camponesa contra os latifundiários e empresários do agronegócio no espaço rural” (CAMACHO, 2019, p. 173).

Nessa direção, destaca-se a importância de um processo educativo que contemple a realidade dos estudantes e que seja para eles um instrumento de luta e resistência no seu território de vida contra o avanço do desenvolvimento territorial capitalista. A escola, enquanto uma importante instituição de formação social, destaca-se como “um dos principais centros de socialização da cultura no campo” (SOUZA, 2020, p. 18).

A educação que aqui defendemos precisa acolher e respeitar a realidade, o modo de vida, a identidade, cultura, interesses e necessidades dos estudantes considerando a sua importância para uma formação emancipatória e compreensão do mundo em que vive, mas também para o entendimento e reafirmação da sua identidade e modo de vida para que possam continuar lutando e resistindo ao capital que objetiva ampliar o processo de desterritorialização dos camponeses para ali se territorializar.

Trata-se de uma educação territorial, como é o caso da Educação do Campo, uma educação que tem no território de vida dos estudantes o ponto de partida para pensar o mundo. Se não for assim, “gera-se um estranhamento de si mesmos” em um processo de não reconhecimento e até mesmo negação da realidade que conhece, situação que, de acordo com Camacho (2019, p. 171), “dificulta a construção de uma identidade social, territorial, cultural e de classe camponesa”.

Além disso, é importante que essa educação contribua para a produção de conhecimentos a partir dos territórios e realidades destes estudantes camponeses e que esses conhecimentos sejam socializados para além do campo, chegando e permanecendo em todas as práticas educativas relacionadas a esse tema, sejam elas desenvolvidas no campo ou na cidade.

Nesse processo educativo há um destaque para o livro didático, que se caracteriza como um importante instrumento educativo e disseminador de informações, conhecimentos e culturas na educação básica. Para Souza (2020), ao participar da formação dos estudantes, a escola e os livros didáticos podem ser muito importantes para a compreensão e valorização da identidade camponesa e do campesinato.

Dessa forma, considerando que os livros didáticos distribuídos por meio do PNLD são nacionais e que são utilizados por estudantes que vivem na cidade e no campo, é importante verificar de que modo os livros didáticos de Geografia abordam o campo e as relações que o produzem. É o que discutimos no próximo tópico.

O CAMPO EM LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

Apesar de receber muitas críticas, o livro didático tem papel central na educação escolar e se destaca como o principal material de estudos utilizado por docentes e estudantes da educação básica nos mais diversos componentes curriculares. É a base utilizada pelos docentes para orientação e

planejamento no desenvolvimento de suas práticas pedagógicas (TONINI; GOULART, 2017).

Para muitos estudantes este material é o primeiro contato e, por vezes, o único livro e fonte de acesso ao conhecimento escolar. De acordo com Souza (2020) essa também é a realidade vivida por muitos estudantes camponeses que podem ter dificuldades para acessar o conhecimento por outros meios, como a internet ou livros pagos, por exemplo. Assim, a autora aponta que “o livro didático utilizado no campo não é apenas um instrumento de ensino, mas frequentemente é o único material de estudo e de consulta do alunado camponês” (SOUZA, 2020, p. 17).

Sendo assim, a preocupação com o conteúdo do livro é indispensável e, de modo geral, pode ser evidenciada em diversas pesquisas que investigam as abordagens teórico-metodológicas para os mais diversos conteúdos que compõem a base curricular de ensino da Geografia escolar, dentre eles, as temáticas relacionadas ao campo. É importante que todos os docentes que utilizam os livros didáticos em suas práticas pedagógicas estejam atentos ao modo como estes abordam os conteúdos relacionados a esse tema, mas, tal necessidade é ainda maior quando esses livros serão utilizados por estudantes que vivem no/do campo e que podem frequentar tanto escolas do campo como da cidade.

Nessa direção, corroboramos Souza (2020) quando chama atenção para a necessidade de observar o modo como a categoria campo é apresentada pelos livros didáticos. A autora argumenta que:

[...] precisamos entender esse território a partir da sua totalidade, da sua diversidade, multiescalaridade e multidimensionalidade, de modo que o termo empregado deve abarcar teoricamente todos esses elementos. O significado desse território, constituído no livro didático, precisa ser também uma das preocupações dos professores, pois é necessário pensar o campo como um território também a partir das multiterritorialidades e possibilidades para a construção das relações sociais (SOUZA, 2020, p. 25).

De modo semelhante, Souza e Oliveira (2022) reforçam a importância de observar de que modo o campo é apresentado nos livros didáticos de Geografia e que este território seja abordado em sua totalidade e sua diversidade, para além das questões agrícolas e econômicas, de modo a valorizar as questões agrárias relativas às dimensões sociais, culturais e políticas, por exemplo.

Além disso, Souza (2020, p. 22) também chama atenção para o cuidado com os discursos que supervalorizam a produtividade no campo e os que “colocam a produção camponesa como arcaica e atrasada, e a agricultura moderna como o principal modelo de produção para o campo”. Por fim, outro aspecto importante a ser considerado é a sobreposição da cidade em relação ao campo, situação em que, a cidade é apresentada como moderna e o campo como atrasado.

No que se refere a esse tema, diversos pesquisadores (BEM, 2010; SILVA; OLIVEIRA, 2013; SOUZA, 2020; COSTA SILVA; SUAVE; NEVES, 2021; SOUZA; OLIVEIRA, 2022) analisaram

livros didáticos de Geografia de diferentes editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) destinados aos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Todas essas pesquisas demonstraram a necessidade de uma revisão no modo como o campo ou o espaço rural tem sido abordado nestes materiais, visto que, de modo geral, evidenciaram que os livros didáticos destacam a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. Dessa forma, há predominância da dimensão econômica referente à produtividade da agropecuária, e, por outro lado, as relações sociais de produção e os impactos ambientais, por exemplo, são abordadas de forma superficial ou têm sua gravidade minimizada.

Tendo em vista que as preocupações sinalizadas nestas pesquisas são válidas para toda a Educação Básica, o próximo tópico apresenta uma discussão sobre o modo como o campo é abordado em um livro didático de Geografia para os anos iniciais do Ensino Fundamental, por meio de textos e fotografias.

PENSAR O CAMPO NOS ANOS INICIAIS: POSSIBILIDADES A PARTIR DO LIVRO DIDÁTICO

Nessas condições, analisamos um livro de 4º ano do Ensino Fundamental, da coleção Ápis (Editora Ática) de autoria de Maria Elena Simielli e referente ao PNLD de 2019, sendo essa uma das duas coleções utilizadas em escolas da rede municipal do município pesquisado.

Na obra analisada, o campo é abordado na unidade 2 “A interdependência campo-cidade”, que destaca em seus objetivos aspectos importantes para a compreensão do espaço, como: o trabalho, a relação produção-consumo, as tecnologias e as relações entre o campo e a cidade. Dessa forma, esse tema é discutido ao longo de dois capítulos por meio dos seguintes conteúdos: 1) atividades de produção do campo: indústria, agricultura (comercial e familiar) e pecuária; 2) o trabalho e a modernização do campo (diferenciação entre pequenos e grandes agricultores); e 3) as paisagens rurais.

No conteúdo sobre atividade industrial, o campo é mencionado como um espaço do qual são retirados, por meio das atividades agropecuárias e extrativistas, os materiais (matéria-prima) utilizados na fabricação de produtos e mercadorias consumidos em nosso cotidiano, como por exemplo: madeira, algodão, couro, látex, leite e trigo (SIMIELLI, 2017d).

Nessa direção, há também um destaque para a relação entre o campo e a cidade, visto que, é do campo que provém alimentos e todos os recursos para a produção industrial que atende às necessidades da população. A obra enfatiza que: “O campo e a cidade dependem um do outro. Mas, em geral, são as necessidades da cidade que comandam as atividades do campo” (SIMIELLI, 2017d, p. 78).

Essa abordagem chama atenção ainda, ao afirmar que: “O campo produz o que a cidade necessita” (SIMIELLI, 2017d, p. 79). E, nessa perspectiva, sobre o processo de industrialização, menciona que, em geral, as indústrias se concentram na área urbana, porém, em alguns lugares há indústrias também no campo e, nestes casos, são chamadas de agroindústrias. Como exemplo disso, são destacadas as usinas de açúcar, de suco de laranja e os frigoríficos. De acordo com a obra, as indústrias podem modernizar o campo, modificar e recriar as suas paisagens.

A partir disso, observa-se que a cidade e suas necessidades são destacadas em detrimento do campo que comparece ora como mero fornecedor, e, ora como dependente de serviços básicos e urbanos. Apesar de essa ser uma situação comum em livros didáticos é necessário problematizar ideias como essas, de modo a desconstruí-las e não naturalizar discursos distorcidos. Assim, é possível ampliar as discussões sobre a importância do campo, apresentando-o para além de tudo isso, como lugar de vida, moradia, trabalho, estudos, lazer e resistência das pessoas que nele/dele vivem.

Em relação às agroindústrias, é possível problematizar a questão do trabalho nestas indústrias no/do campo e aproximá-las à realidade local: Existem estabelecimentos semelhantes na região em que vivem os estudantes? O que é produzido? Esses produtos são consumidos pelos estudantes? Quem são os trabalhadores empregados pelos estabelecimentos envolvidos na produção e consumo dos produtos? Que funções desempenham? Quais as condições de trabalho? Vivem no campo ou na cidade? Desenvolvem outras atividades de subsistência no campo?

Ao discutir sobre as relações estabelecidas entre o campo e a cidade é necessário problematizar as concepções que definem o campo como sinônimo de atraso e inferior e, a cidade, como o avanço, modernidade e, portanto, superior. Do mesmo modo, em relação aos modelos de produção apresentados, em que a agricultura camponesa passa a ser entendida como atrasada em relação à agricultura capitalista, representada como símbolo do progresso e da modernidade no campo (SOUZA, 2020).

Sobre as paisagens rurais, a obra menciona que “podemos identificar elementos como plantações (agricultura), pastos (pecuária), construções isoladas, represas, rios, lagos, hortas, reservas florestais, áreas de extração mineral e animal, silos, depósitos, estradas, entre outros” (SIMIELLI, 2017d, p. 80).

A modificação da paisagem rural é mencionada, porém, sem problematizar de fato os impactos socioambientais disso e que se refletem na paisagem. É importante que tal debate seja feito pelos docentes mediante frequente diálogo com os estudantes, possibilitando, sobretudo aos que vivem no campo, compartilhar suas experiências e conhecimentos em relação ao seu lugar de vida.

Assim, a partir do que a obra apresenta, é possível ampliar a discussão e falar sobre os diferentes grupos sociais que produzem essas paisagens a partir das atividades que cada um desenvolve, seja a agricultura camponesa ou do agronegócio, evidenciando as principais diferenças entre os tipos de produção do campo, por exemplo.

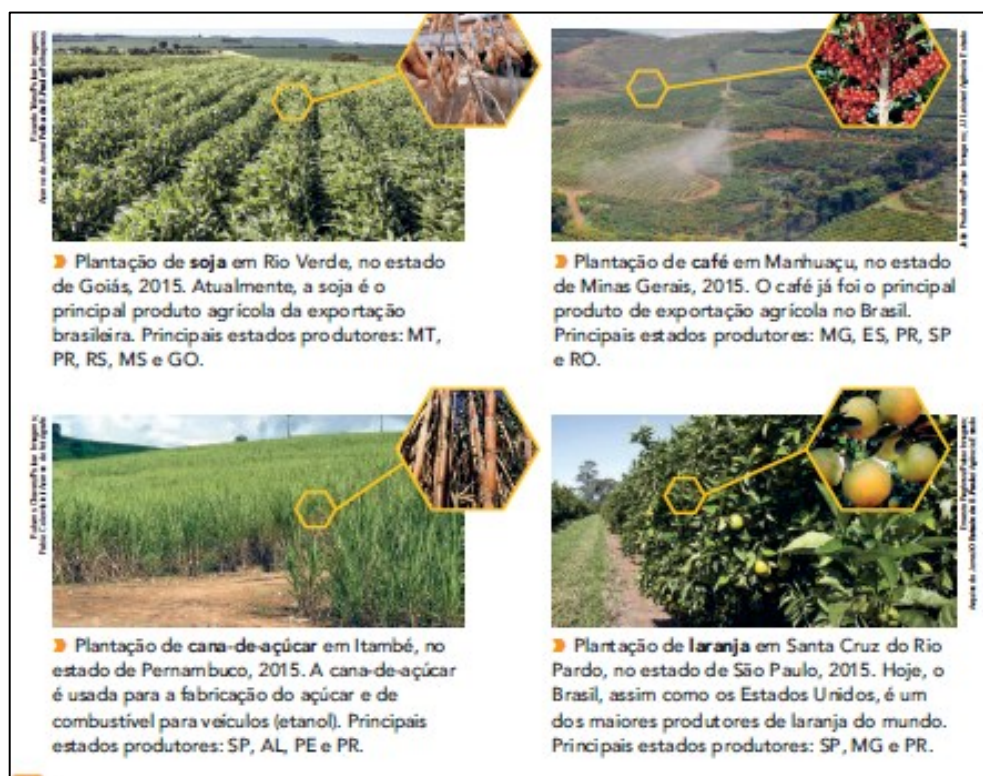
Em relação à modernização no campo, a obra destaca os aspectos positivos do processo, mencionando que: “os grupos humanos desenvolveram técnicas, ferramentas e máquinas cada vez mais modernas. Assim, o trabalho no campo foi facilitado, a produção aumentou e as paisagens foram sendo transformadas” (SIMIELLI, 2017d, p. 80).

Sobre a produção agrícola, a obra trata brevemente da relação entre produtividade e impactos socioambientais decorrentes do uso excessivo de agrotóxicos, sinalizando os prejuízos à nossa saúde. Ademais, aponta que a agricultura comercial é voltada para a comercialização e que, em nosso país, grande parte da produção agrícola é vendida para outros países. Há um destaque para algumas características que a definem: mecanização, monocultura em médias e grandes propriedades, uso intensivo de agrotóxicos e mão de obra reduzida.

Ainda em relação a agricultura comercial, a pecuária é abordada como outra importante atividade para o nosso país, evidenciando a produção de carne, leite, couro e lã, sendo que o Brasil detém o maior rebanho bovino do mundo, e que, além de boi, também se destacam nessa atividade, o rebanho suíno e a criação de aves.

As figuras 1 e 2 apresentam a agricultura comercial com exemplos das principais mercadorias desse tipo de agricultura. Além dos produtos destacados nas fotografias, a obra menciona também: o arroz, o feijão, a banana, o algodão, o milho e o trigo. A obra orienta que os docentes mencionem a sua importância no cenário nacional, uma vez que: “trata-se de produtos de grande valor comercial ou de grande volume de produção e de exportação no Brasil” (SIMIELLI, 2017d, p. 80).

Figura 1- Produtos da agricultura comercial.



Fonte: SIMIELLI, 2017d, p. 80.

Figura 2- Agricultura comercial.



Fonte: SIMIELLI, 2017d, p. 81.

Sobre a agricultura familiar a obra menciona que, além dos produtos oriundos da agricultura comercial, conforme destacado nas fotografias anteriores, a agricultura familiar é “desenvolvida em pequenas propriedades rurais e fornece a maior parte dos alimentos que consumimos no dia a dia”. Além disso, “emprega a maioria dos trabalhadores do setor rural e é muito importante na produção agrícola do país”. Pela prática da policultura, produz diversos alimentos como milho, feijão, arroz e

tomate. De modo complementar, a obra sugere que os docentes mencionem que esses produtos também podem ser cultivados pela agricultura comercial (SIMIELLI, 2017d, p. 80-82).

A figura 3 mostra um exemplo de propriedade em que é praticada a agricultura familiar e a policultura. É importante ressaltar que esta é a única fotografia utilizada para discutir a agricultura familiar. Observa-se que a legenda da imagem destaca alguns aspectos positivos desse tipo de produção agrícola.

Figura 3 - Agricultura familiar.



Fonte: SIMIELLI, 2017d, p. 82.

Apesar de ser uma abordagem reduzida, ao apresentar a agricultura familiar, a obra aponta aspectos importantes que podem ser discutidos de forma mais ampla, como por exemplo: a sua capacidade de produção de alimentos diversos consumidos diariamente em nosso país, no campo e na cidade; o desenvolvimento do trabalho de base familiar tendo na policultura a prática agrícola central e, com isso, a possibilidade de favorecimentos nos âmbitos socioeconômico e ambiental, por meio de geração de empregos e pelos cuidados ambientais.

Além disso, um outro aspecto a ser discutido é a ideia de agricultura e agricultor familiar, visto que, no debate da Educação do Campo sob o Paradigma da Questão Agrária¹, entende-se que existem diferenças entre agricultura familiar e camponesa. De modo geral, toda agricultura camponesa é familiar, mas nem toda agricultura familiar é camponesa e é importante ter consciência disso (FERNANDES, s/a).

De acordo com Carvalho e Costa (2012, p. 31), a principal diferença entre a agricultura familiar e a camponesa está na integração ou não integração do camponês ao modo capitalista de produção e

¹ Nas discussões sobre as questões agrárias as relações sociais no campo são discutidas a partir de dois paradigmas que, por sua vez, influenciam na Educação do Campo: Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). No PQA entende-se a questão agrária como um problema estrutural que tem na luta e superação do capitalismo uma solução. São elementos essenciais desse paradigma: “a luta de classes, o conflito, disputas e superação do capitalismo” (CAMACHO, 2017, p. 4).

com isso a possibilidade de avanço econômico desse produtor, sendo que, a agricultura camponesa apresenta uma “lógica que lhe é própria na maneira de produzir e de viver, uma lógica distinta e contrária à dominante” (p. 31), que é a agricultura capitalista.

Assim, os autores explicam que na concepção de agricultura familiar, “a possibilidade de crescimento da renda familiar camponesa só poderá ocorrer se houver a integração direta ou indireta da agricultura familiar com as empresas capitalistas, em particular as agroindústrias”. Por outro lado, a agricultura camponesa busca manter a sua identidade e autonomia em relação ao capitalismo. Esta, por sua vez, “incorpora, portanto, um diferencial: a perspectiva maior de fortalecimento dos camponeses pela afirmação de seu modo de produzir e de viver, sem com isso negar uma modernidade que se quer camponesa” (CARVALHO; COSTA, 2012, p. 31).

Ainda que utilizando outros nomes, observa-se que a obra analisada abordada dois modelos de produção no campo que são antagônicos (agronegócio e agricultura camponesa). Isso é feito sem mencionar que eles são muito diferentes viabilizando um entendimento de que ambos convivem e se desenvolvem igual e harmoniosamente no mesmo espaço, sem disputas e conflitos.

Embora nem toda agricultura familiar seja camponesa, é possível problematizar junto aos estudantes essa questão da diferença entre os modelos de produção e discutir sobre a importância dos camponeses/sujeitos do campo na produção de alimentos que são consumidos cotidianamente por brasileiras e brasileiros. E, nesse sentido, para ampliar a discussão e o entendimento dos outros estudantes, a abertura ao diálogo com os estudantes que vivem no campo é fundamental, pois, dessa forma, eles podem compartilhar as suas experiências e conhecimentos a partir da vida no campo.

De modo geral, observa-se que há um destaque muito positivo para a agricultura comercial evidenciado sua importância para a economia do país. Em relação aos impactos sociais e ambientais provenientes desse tipo de produção, esses são mencionados de forma muito sutil. É importante ampliar o debate trazendo esses aspectos, visto que fazem parte do nosso cotidiano e são muito importantes para compreender as relações de formação e transformação do espaço em que vivemos.

Podemos pensar nessas relações a partir das discussões de Fernandes (2012) sobre as consequências da frequente subordinação da produção camponesa ao mercado capitalista. As afirmações do autor nos remetem às situações de pobreza e insegurança alimentar vivenciada hoje por milhões de pessoas em nosso país, conforme apontado por pesquisa disponibilizada em matéria jornalística no site da Agência Brasil (GANDRA, 2022).

Nesse sentido, Fernandes (2012) aponta que a necessidade de subordinar a produção agrícola camponesa ao mercado capitalista coloca os camponeses em condição de subalternidade e, conseqüentemente, de miséria, uma vez que o capital e as relações capitalistas não só se apropriam da

riqueza produzida pelo trabalho familiar no campesinato e definem os preços de mercado, como também se aproveitam das desigualdades e da situação de miséria a qual eles submeteram esses camponeses para se apropriarem dos seus territórios (FERNANDES, 2012).

Ainda de acordo com Fernandes (2012), a perda do território, espaço de vida do camponês, provoca a desterritorialização da família camponesa. A luta pela terra com ocupações para criação e recriação de seu modo de vida camponês é uma reação a esse processo de desterritorialização dos camponeses, pois, “campesinato e território são indissociáveis, e a separação entre eles pode significar a destruição de ambos”. E, assim, o autor destaca que os processos de (re)criação são muito importantes no processo de luta e resistência dos camponeses em enfrentamento ao capitalismo (FERNANDES, 2012, p. 747).

De acordo com Souza (2020), a ênfase aos aspectos econômicos do campo mostra-se como uma prioridade e isso é preocupante, porque, dessa forma, o campo ensinado aos estudantes não é o da diversidade de territórios e de sujeitos. Ao ignorar a totalidade que é esse espaço, o ensino da Geografia não cumpre sua função principal que é possibilitar o entendimento da “dinâmica socioespacial e, a partir disso, questionar e, se necessário, instigar os sujeitos para a transformação da realidade” (p. 29).

A ausência de uma discussão mais crítica sobre a relação entre a modernização/mecanização do campo e a transformação das paisagens pode tornar a compreensão dos estudantes muito superficial. É possível ampliar as discussões comentando sobre outros aspectos que podem ser percebidos pelos estudantes ao observar a paisagem do próprio lugar em que vivem e as possíveis transformações que elas sofreram e que são apresentadas por meio de fotografias.

As abordagens feitas na obra aqui analisada possibilitam visualizar o campo de duas formas: i) quanto à relação campo e cidade, há um predomínio desta última em relação ao primeiro, pois o campo é apresentado como o espaço que serve às necessidades da cidade, sobretudo no que diz respeito às atividades comerciais e industriais; ii) no que tange aos modos de produção do campo, as discussões sobre a agricultura comercial (ou capitalista) e os aspectos econômicos de produção também aparecem com maior destaque, enquanto outras formas de produção, como a agricultura familiar e a policultura, são discutidas brevemente e colocadas em segundo plano como se fossem de menor relevância para a sociedade.

O campo é apresentado a partir textos e fotografias que o caracterizam da seguinte forma: propriedades agrícolas extensas; campo como o lugar exclusivo de produção e não de moradia de famílias, por exemplo; produção monocultora em larga escala e predomínio de commodities agrícolas para atender, prioritariamente, o mercado externo; paisagem homogênea, resultado desse tipo de produção; campo predominantemente mecanizado e visto como modernizado; o camponês aparece

apenas uma vez e desenvolvendo atividade agrícola de colheita, como se isso definisse sua existência e sua relação com o campo, sendo que na realidade os camponeses encontram-se em constante movimento de enfrentamento ao capitalismo que avança em direção aos seus territórios e dele se apropriam de diversas formas, por exemplo, por meio do monopólio desse território e a imposição de um modelo de produção monocultor como é o caso das *commodities* e impedindo a prática de produção de policultura pelas famílias camponesas (FERNANDES, 2012).

Ao discutir sobre o campo, além do aspecto de produção e produtividade (espaço agrícola) é fundamental abordar as relações sociais que produzem o campo, enfatizando assim, a importância de todas as dimensões que compõem o campo. Para além da dimensão econômica, que expressa apenas a produtividade, é necessário apresentar as questões sociais, políticas, culturais, ambientais etc., de forma dialógica e sem priorizar uma em detrimento da outra (SOUZA; OLIVEIRA, 2022).

Por fim, para além dos textos que dizem sobre o campo, é fundamental direcionar olhares atentos para as imagens que são apresentadas nos livros didáticos, mas também em outros meios de informação e comunicação. Apesar de muitas vezes serem limitadas à função de ilustração do conteúdo, as fotografias são utilizadas e olhadas como representações fiéis dos lugares e, não raro, tornam-se as imagens que constituem e permanecem em nossa mente para significar estes lugares (MASSEY, 2017; OLIVEIRA JR., 2020).

A exemplo do livro didático analisado, as poucas fotografias de campo, majoritariamente o apresentam e limitam a ser pensado como um lugar de negócios, modernizado e produtivo, e, por outro lado, esvaziado das vidas múltiplas que o vivem e o constituem enquanto um lugar de diversas relações de trabalho em família ou em comunidade, de moradia e de vivências diversas que vão além do aspecto econômico. Por isso, é necessário olhar para as fotografias que acompanham os textos e potencializá-las na produção de conhecimentos e pensamentos críticos, e, por meio da problematização possibilitar a construção ou a desconstrução de ideias e discursos que elas podem conter em si ou que podem viabilizar ao serem olhadas de forma superficial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, cujo objetivo é verificar de que modo o campo é abordado em livros didáticos de Geografia para os anos iniciais do Ensino Fundamental, demonstra que a realidade do campo não é abordada em sua totalidade neste material que é amplamente utilizado por milhares de estudantes e docentes nesta etapa de ensino. De modo geral, tanto em textos e, mais ainda, em fotografias, o livro analisado destaca um campo da modernidade, de máquinas e lavouras, mas vazio de vidas e vivências,

de pessoas e famílias e, conseqüentemente, de relações sociais destes que vivem, trabalham, lutam e resistem no/do campo.

Conforme foi demonstrado, aspectos importantes dessa temática como as relações de produção, a importância dos sujeitos do campo na produção de alimentos e na preservação ambiental, os movimentos socioterritoriais no campo, bem como, os conflitos e os impactos sociais e ambientais provocados pelo modo de produção capitalista no campo ou foram reportados de modo superficial, sem ampliar as discussões sobre isso.

Apesar de abordar os diferentes modelos de produção agrícola que existem no campo, foram omitidos aspectos importantes inerentes a essa coexistência, como os conflitos por terra que ocorrem entre o capitalismo e os diversos sujeitos do campo, como é o caso dos camponeses, bem como, as diversas contradições geradas pelo capitalismo no campo e que atingem a população do campo à cidade: violências, desigualdades e insegurança alimentar. E estes são apenas alguns dos problemas sociais que se intensificaram em nosso país nos últimos anos e que constituem a realidade cotidiana de parte da sociedade contemporânea, e que, portanto, necessitam ser constantemente debatidos com vistas a possibilitar aos estudantes realizarem suas leituras e a construção de conhecimentos de mundo e de seus lugares de vida, desde o campo à cidade, de forma crítica.

Nesse sentido, é importante ressaltar a importância dos docentes no processo educativo dos estudantes. Ainda que os livros didáticos apresentem fragilidades em relação às abordagens, os docentes precisam estar atentos ao que é ensinado, perceber tanto as limitações como também as possibilidades que este material oferece para as práticas pedagógicas. Manter o diálogo com os estudantes é fundamental, sobretudo quando o tema trabalhado envolve aspectos que dizem respeito à realidade e ao lugar de vida dos mesmos, o que possibilita a ampliação das discussões a partir das experiências deles, bem como, a percepção e o reconhecimento de si mesmos nesse processo educativo.

Por fim, dada a importância dos livros didáticos no processo educativo de milhões de estudantes, acreditamos que as pesquisas com estes materiais não podem ser encerradas. Pelo contrário, precisam estar em constante movimento, assim como é a educação. Nesse sentido, tendo em vista que o livro didático analisado deixou de ser utilizado em 2022, os livros que compõem o PNLD 2023 apresentam-se como possibilidade de continuidade desta análise, de modo a verificar possíveis avanços ou limitações nas discussões sobre o campo com estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio da concessão de bolsa de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G; CALDART, R. S; MOLINA, M. C. Apresentação. ARROYO, M. G; CALDART, R. S; MOLINA, M. C. (orgs.). **Por uma educação do campo**. 5º ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BEM, A. A Geografia Agrária nos livros didáticos: primeira aproximação para uma crítica do conteúdo que se ensina na escola. **Revista do Departamento de Geografia da PUC-Rio (GEOPUC)**, ano 3, n. 6, p. 1-15, jul-dez, 2010.
- CALLAI, H. C.; CAVALCANTI, L. S.; CASTELLAR, S. M. V. O estudo do lugar nos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 28, v. 1, n. 38, 2012.
- CAMACHO, R. S. A educação do campo em disputa: resistência *versus* subalternidade ao capital. **Revista Educação e Sociedade**, v. 38, n. 140, 2017.
- CAMACHO, R. S. Educação do Campo e territórios/territorialidades camponeses: terra, família e trabalho In: MOLINA, M. et al. (Orgs.). **Formação De Formadores: Reflexões sobre as experiências da Licenciatura em Educação do Campo no Brasil**. Horizonte, MG: Autêntica, 2019, v.9, p. 169-188.
- CARVALHO, H. M. de; COSTA, F. de A. Agricultura camponesa. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 746-750.
- COSTA SILVA, R. G. da; SUAVE, M. P; NEVES, J. G. Geografia, livro didático e educação: problematizações da temática agrária no Ensino Fundamental. **Revista Cerrados**: Montes Claros, v. 19, n. 02, p. 20-51, jul./dez, 2021.
- FERNANDES, B. M. Diretrizes de uma Caminhada. In: ARROYO, M. G; CALDART, R. S; MOLINA, M. C. (orgs.). **Por uma educação do campo**. 5º ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MOLINA, M. C. (orgs.). Território Camponês. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 746-750.
- MOLINA, M. C. (orgs.). **Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar**. (Não publicado).
- GANDRA, A. Pesquisa aponta que fome atinge 33,1 milhões de pessoas no país. **Agência Brasil**, 2022. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-06/pesquisa-aponta-que-fome-atinge-331-milhoes-de-pessoas-no-pais>>. Acesso em: jul. de 2022.
- MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução: Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MASSEY, D. A mente geográfica. **Revista GEOgraphia**, v.19, n. 40, 2017: mai/agos. Tradução: Ana Angelita da Rocha e Maria Lucia de Oliveira. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2017.

OLIVEIRA JR., W. M. de. Tropas de imagens partilham o (não) saber geográfico: territórios contestados de poder. **Punto Sur**, v. 2, p. 5-19, en./jun, 2020.

SILVA, M. A.; OLIVEIRA, A. M. de. Dialogando com o livro didático de Geografia: análise do discurso sobre a questão agrária em obras do ensino médio. **Revista Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n. 3, set./ago. 2013.

SIMIELLI, M. E. **Ápis geografia (4º ano): Ensino Fundamental Anos Iniciais**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2017d (Coleção Ápis).

SOUZA, F. E. Perspectivas teóricas e metodológicas para se pensar a identidade territorial camponesa nos livros didáticos de Geografia. **Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade**, v.1, n.1, p. 16-33, jul./dez., 2020.

SOUZA, F. E; OLIVEIRA, V. A. de. Pensar os livros didáticos de geografia na perspectiva da educação do campo. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 169-176, maio 2022.

TONINI, I. M; GOULART, L. B. Desafios para potencializar o Livro Didático de Geografia. In: **O livro didático de Geografia e os desafios da docência para a aprendizagem**. TONINI et al., (orgs.). Porto Alegre: Editora Sulina, 2017.